

REDES SOCIAIS OU CLASSES SOCIAIS? UMA REFLEXÃO A PARTIR DA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

ALICE GERLANE CARDOSO DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

MAGNO GERALDO DE AQUINO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Agradecimento à órgão de fomento:
À CAPES, pelo apoio financeiro em forma de Bolsa de Estudos.

REDES SOCIAIS OU CLASSES SOCIAIS? UMA REFLEXÃO A PARTIR DA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Introdução

O desemprego, na atualidade, tem sido considerado um grande problema social. Apesar disto, pouco se sabe sobre os meios pelos quais os candidatos a empregos têm se utilizado para sua colocação e (re)inserção no mercado de trabalho e, particularmente, como têm mobilizado e se utilizado de suas relações sociais para este fim (SILVA, 2010). A este propósito, acredita-se que analisando os modos como as redes sociais são constituídas e, por fim, utilizadas para a busca de oportunidades de trabalho é materializar uma maneira para se compreender a construção da vida social, da mobilização das relações sociais, da capacidade dos laços sociais e, enfim, compreender os usos dos dispositivos não mercantis presentes na intermediação de empregos (GUIMARÃES, 2012).

As redes de relações sociais são, portanto, um importante canal a ser investigado para a compreensão das formas pelas quais as pessoas lançam mão na disputa pelo ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, Marques (2012, p. 30) salienta que as redes de relações sociais são “representações analíticas e estáticas dos contextos relacionais dinâmicos que estruturam as situações sociais, sendo imprescindível compreender de que forma são mobilizadas e usadas pelo indivíduo”. Para Guimarães (2009), as redes de relações sociais são mecanismos fundamentais para se descobrir não apenas o sistema de circulação de informações sobre oportunidades (ocupacionais, dentre outras), mas, igualmente, para se compreender a distribuição social dessas oportunidades.

Sanchis (1997) e Silva (2010) explanam que, as condições de entrada no mercado de trabalho foram significativamente modificadas. Para os autores, atualmente, o que tem imperado nas vias gerais de acesso ao trabalho são as formas particularistas, determinadas pela posição social e pela relação familiar e pessoal do indivíduo. Neste sentido, conforme comenta Guimarães (2012), a procura por emprego se estende à própria análise da construção da vida social do indivíduo. Desse modo, recorrer à família ou aos amigos configura-se como uma das principais vias de acesso às oportunidades de trabalho, uma vez que tal recurso pode ser mais eficiente do que o esforço individual da prospecção direta junto às empresas (SILVA, 2010; GUIMARÃES, 2012). Depreende-se, portanto, que possuir uma rede de relacionamentos ampla, o que chamaremos aqui de rede social, é de extrema importância para todos os trabalhadores na busca por oportunidades de trabalho, especialmente, para os jovens, no que se refere à sua empregabilidade (FERREIRA, 2006).

Pochmann (2000) afirma que o ingresso dos jovens no mercado de trabalho está intimamente relacionado à classe social a que pertencem. Silva (2010, p. 252) complementa esta percepção, ao ressaltar que “a origem social mediada pelas redes de busca de acesso aos empregos, determina, em grande medida, as formas de inserção profissional dos jovens”. Neste sentido, depreende-se que a posição social e ocupacional dos pais e demais familiares determina, em grande parte, o acesso dos jovens ao trabalho. Em sentido mais amplo, argumenta-se que os jovens de classe menos favorecida ingressam no mercado de trabalho, em boa medida, diferentemente dos jovens pertencentes aos segmentos médios. Estes, por sua vez, apresentam um modo, também, diferenciado de acesso ao emprego em relação àqueles jovens das camadas sociais com maior poder econômico (POCHMANN, 2000). Assim, o fato de pertencerem a classes sociais e estabelecerem relações sociais distintas pode, eventualmente, influenciar nas formas como os jovens têm acesso a determinadas oportunidades de trabalho.

Margullis e Urresti (2008) corroboram com este pensamento e acrescentam que os jovens da classe média e alta possuem, geralmente, melhores oportunidades de estudar e,

portanto, tendem a postergar seu ingresso no mercado de trabalho e nas responsabilidades da vida adulta. Já os jovens das camadas populares, por necessidades de ordem econômica, adentram precocemente no mundo do trabalho, assim como assumem responsabilidades familiares mais cedo. A inserção dos jovens na condição de trabalhadores e provedores de rendimentos, marcadamente das classes mais baixas, tem significativo impacto em suas trajetórias de vida. Uma das consequências refere-se ao fato de o período juvenil nas classes populares tornar-se mais curto em relação às classes média e altas.

Nessa perspectiva, Dib e Castro (2010, p. 5) salientam que “os jovens pertencentes aos estratos mais pobres são os mais frontalmente atingidos pelo desemprego e pelas mudanças no mercado de trabalho. Contudo, como a literatura revela, os jovens de classe média e alta também se veem afetados”. Tais questões encontram respaldo na exposição dos jovens a universos sociais distintos, a desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais, regionais e culturais, bem como a laços fragmentados, a espaços de socialização múltiplos, heterogêneos e concorrentes, sendo, portanto, produtos de diversos processos de socialização (SPOSITO, 1993; DAYRELL, 2007; 2016; THOME; TELMO; KOLLER, 2010).

Sendo assim, percebemos a importância de se analisar a inserção profissional dos jovens, tendo como ponto de partida suas redes de relações sociais, pessoais. Em vista disso, apresentamos neste ensaio algumas reflexões a respeito do uso das redes sociais pelos jovens na busca de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Instruídos de que a juventude é formada por uma diversidade de grupos, nos compete fornecer a correta dimensão dos jovens que se pretende analisar (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012). Especificamente, busca-se compreender o papel das redes sociais no acesso a oportunidades de emprego dos jovens de contextos populares, que vivem em situação de pobreza, submetidos à condição contingente de acesso a bens materiais e à participação social.

A relevância desse estudo se pauta, principalmente, ao papel desempenhado pelas redes sociais e pelos padrões de estruturas de classes e na mediação entre os indivíduos e as oportunidades (GUIMARÃES, 2012). As contribuições de estudos desta natureza são de importância fundamental para apreender os modos de inserção profissional dos jovens na atualidade e a influência das possíveis redes sociais neste processo, que de certa forma auxiliam na busca e acesso ao trabalho. Contribuem, ainda, para que se conheça a realidade dos jovens com baixas condições socioeconômicas, bem como compreender a realidade e o contexto de trabalho experimentado por estes, que se configuram como mão-de-obra do futuro.

Como forma de possibilitar essa discussão, inicialmente debate-se sobre as redes sociais e as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Posteriormente, empreende-se uma discussão sobre a desigualdade social e a influência que ela exerce sobre os diversos modos de ser jovem. Em seguida, apresentam-se estudos recentes que apontam como as redes sociais estão sendo mobilizadas em prol da empregabilidade de jovens. Por fim, são tecidas as reflexões finais acerca deste estudo.

As redes sociais e as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho

As redes sociais são constituídas por atores que compartilham funções, propósitos ou perspectivas. Os atores, representados pelos nós na rede, podem ser indivíduos, organizações corporativas ou coletivas que se conectam por laços sociais (WASSERMAN; FAUST, 1999; CONTRACTOR; WASSERMAN; FAUST, 2006), de acordo com a relação existente entre eles. Nohria (1992) é condescendente desta ideia e define rede social como um conjunto de pontos de interseção, seja entre pessoas, grupos ou organizações, ligados por relacionamentos

sociais, família, amizades, trabalho, participação em atividades sociais comuns, entre outros. É, portanto, descrita por atores – ou nós – e seus laços, que simulam as relações. Para Ferreira (2006, p. 32), rede social é definida como “uma das formas de representação dos relacionamentos afetivos ou profissionais dos seres humanos entre si ou entre seus agrupamentos de interesses mútuos”. Comum a todas estas concepções, como comenta Dias (2007), a rede, assim como qualquer outra invenção humana, é uma construção social.

Nesta perspectiva, de acordo com Loiola, Bastos e Regis (2015, p. 43):

Uma rede se constitui por um conjunto de relações. Mais formalmente, uma rede compõe-se de um conjunto de objetos (nós) e do mapa de suas ligações. Representa um conjunto de atores ou nós ligados por laços específicos (parentesco, amizade, relação profissional etc.), estáveis, não hierárquicos e interdependentes. Os laços traçam caminhos que, direta ou indiretamente, ligam seus atores sociais.

Mark Granovetter (1973, 1985), um dos autores tradicionais na teoria das redes sociais, apresenta uma abordagem clássica. Ele propõe uma tipologia específica para distinguir os vínculos interpessoais e estabelece dois tipos de laços, capazes de interligar os indivíduos. São eles: a) os laços fortes, que se caracterizam por serem mais frequentes e próximos, localizados em grupos sociais mais integrados, coesos e unidos, por exemplo, familiares e amigos íntimos; e b) os laços fracos, que se caracterizam por serem eventuais, pouco densos e distantes, encontrados em grupos sociais mais fragmentados como, por exemplo, entre amigos não íntimos e conhecidos. Assim sendo, em acordo com o defendido neste ensaio, as redes sociais de ligações fortes e as redes sociais de ligações fracas dizem respeito a um conjunto de meios sociais, pessoas, instituições, grupos, entre outros, que os indivíduos têm a possibilidade de mobilizar para procurar e encontrar um emprego (MARRY, 1983; SILVA, 2010). Logo, se constituem por serem as redes de inserção profissional ou redes de busca e de acesso ao emprego.

Segundo Granovetter (1973, p. 1368), os “indivíduos com poucos laços fracos estariam privados da informação de partes distantes do sistema social e, como tal, confinados a novidades e visões provincianas de seus amigos próximos”. Silva (2010) complementa este pensamento afirmando que as redes sociais de ligações fracas são percebidas como mais eficientes. Tal evidência se justifica por serem ligações mais frouxas, em que circulam diversos contatos e conseqüentemente, um intenso fluxo de informações que, por sua vez, podem levar a grandes e promissoras oportunidades de trabalho. Para o autor, este tipo de rede é propício aos segmentos sociais com maior poder aquisitivo. Já as redes sociais de ligações fortes, triviais nas camadas populares, são consideradas como menos eficazes, visto que se caracterizam por serem mais estreitas e fechadas, o que diminui as possibilidades de contatos e a circulação intensa de informações, resultando, assim, em oportunidades precárias de empregos (SILVA, 2010).

De modo geral, é na família que o indivíduo estabelece o primeiro laço necessário à sua formação inicial. À medida que o indivíduo vai se desenvolvendo, outras ligações são estabelecidas com atores de fora do seu círculo inicial. Com a ampliação destas ligações, outros círculos vão surgindo. O indivíduo, por sua vez, integra-se a múltiplos círculos sociais que se cruzam nos mais diversos ângulos. O que inicialmente começou com a família, passa em seguida para a escola, depois no meio acadêmico, profissional, de amigos e, através de diversos círculos sociais a que pertence, vai formando uma rede de contatos sociais (SIMMEL, 2004).

Nesse contexto, Moya e Marques (2012) salientam que até a fase da adolescência as redes sociais tendem a ser semelhantes em termos de seu arranjo para todos os indivíduos

pertencentes a diferentes grupos sociais, o que se deve em grande parte pelo mecanismo mais geral do ciclo de vida. É a partir da adolescência que se identifica outros dispositivos sociais envolvidos na distinção dos padrões relacionais dos indivíduos de classe média e daqueles em situação de pobreza. Para os autores, é nessa fase da vida que ocorre uma expansão da rede, visto que os vínculos de vizinhança e do ambiente escolar são incorporados com mais intensidade. Esse processo, portanto, se acentua ao longo da progressão dos níveis escolares.

Moya e Marques (2012, p. 103) ressaltam que “atributos como níveis de escolaridade são construídos concomitantemente aos padrões de redes de relações pessoais”. É em ambientes universitários ou em outros espaços de preparação para a vida profissional que os jovens de classe média iniciam a construção de redes profissionais e uma transição relacional lenta, porém regular, para um mercado de trabalho mais especializado. Logo, os vínculos dessa rede são associados à profissão e é por meio deles que informações, oportunidades, técnicas e empregos são compartilhados (MOYA; MARQUES, 2012).

Em contrapartida, os jovens em situação de pobreza, apresentam menor duração da vida escolar e uma inserção profissional precoce, marcada pela instabilidade e transitoriedade em diversas atividades de baixa qualificação e baixos rendimentos, comprometendo assim, as trocas de informações e possibilidades de acesso a empregos, uma vez que os amigos e contatos obtidos na escola e no trabalho tendem a seguir trajetórias similares (MOYA; MARQUES, 2012).

Nessa condução, Pochmann (2000) enfatiza que os jovens de baixa renda usualmente adentram precocemente no mercado de trabalho, sem terminar o período escolar obrigatório, sendo admitidos nos segmentos pouco qualificados. Já os jovens pertencentes aos segmentos médios comumente concluem o período escolar obrigatório e/ou o ensino profissionalizante e começam a trabalhar antes dos vinte anos de idade, ocupando cargos intermediários do setor industrial ou de serviços, bem como no setor público. Por sua vez, os jovens das camadas sociais mais altas tendem a permanecer por mais tempo na inatividade. Em decorrência desta condição, geralmente, tem a possibilidade de concluir o ensino superior e ingressam no mercado de trabalho mais tardiamente, exercendo profissões centrais e ocupando postos mais elevados nos setores público e privado, também em decorrência da maior escolaridade alcançada.

Convém ressaltar que o argumento ora apresentado é fundamentado na literatura sobre pobreza, desigualdades e redes sociais. No entanto, acreditamos que possa haver exceções. Por distintos motivos, jovens de classe média podem suspender a vida escolar e antecipar o ingresso no mundo do trabalho fragilizando sua inserção profissional. De forma contrária, jovens de baixa renda podem prolongar o ciclo escolar e experimentar uma inserção universitária, o que tende a oportunizar uma socialização para o trabalho mais vantajosa e privilegiada.

Diante disso, estudos como os de Marry (1983), Guimarães (2009; 2012) e Silva (2010) buscaram discutir a importância das redes sociais na obtenção e qualidade dos empregos. Sobretudo, a respeito das formas acessadas pelos jovens para a aquisição de um trabalho, bem como a qualidade do mesmo. As pesquisas privilegiaram esse grupo populacional por diversos motivos, dentre os quais, destacam-se: as distintas classes sociais, os diferentes graus de escolaridade e a faixa etária. E por fim, perceberam que essas características mediadas pelas redes de busca de acesso aos empregos interferem potencialmente nas formas de inserção profissional dos jovens (SILVA, 2010). Sendo assim, fica evidente a importância de uma rede de relacionamentos ampla, quando se trata de empregabilidade (FERREIRA, 2006).

Conforme elucidado, tal questão torna-se cara a todos os indivíduos e se configura como grande desafio aos jovens de baixa renda, uma vez que “contar com a interferência familiar na aquisição do emprego significa fazer uso de redes de *ligações fortes* igualmente

marcadas pela precariedade” (SILVA, 2010, p. 255, grifo da autora). Isso posto, Silva (2010) ainda destaca que, para este jovem, não há opção entre uma rede ou outra, nem se trata de vontade ou perspicácia em saber eleger o que é melhor para si. Há apenas a configuração das suas relações pessoais que se situa na própria dinâmica das relações de classes nitidamente associadas à origem social. Cabe aqui propor que, em relação às redes sociais, a origem social define, em grande medida, as formas de inserção profissional dos jovens.

Desigualdade social e os diversos modos de ser Jovem

As diferentes condições sociais e as diversidades de gênero, de orientação afetiva, cultural, de etnia, de raça, linguística, religiosa e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a construção das distintas formas de se vivenciar a juventude (PERALVA, 1997; DAYRELL, 2016). Dessa forma, os jovens estão expostos a universos sociais distintos, a desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais e culturais, a laços fragmentados, a espaços de socialização múltiplos, heterogêneos e concorrentes, sendo produtos de diversos processos de socialização (SPOSITO, 1993; DAYRELL, 2007, 2016). Assim, a juventude “pode ser vista como uma ponta de *iceberg*, no qual os diferentes modos de ser jovem expressam mutações significativas nas formas como a sociedade ‘produz’ os indivíduos” (DAYRELL, 2007, p. 1114; grifo do autor).

Entre as diversas possibilidades de juventude, tem-se os jovens: que só estudam; os que conciliam estudo e trabalho; os que pararam de estudar e só trabalham (seja em empregos formais ou informais); e os que não estudam nem trabalham, estes podem encontrar-se desempregados (seja por opção ou por falta de opção) ou inativos (aposentados, deficientes, menores infratores, doentes, etc.). Há aqui a consideração das diversas combinações entre escola, trabalho e inatividade (HASENBALG, 2003; PEUGNY, 2014). A distribuição dos jovens nessas situações está eminentemente ligada aos recursos familiares e à posição das famílias no sistema de estratificação social, de forma que os jovens se distinguem pela sua situação socioeconômica (HASENBALG, 2003).

Neste cenário, são reconhecidos dois polos distintos: o dos jovens que, pela necessidade econômica, anseiam adentrar no mundo do trabalho ou já foram inseridos como forma de angariar recursos para si e/ou para sua família e, no extremo oposto, aquele formado por jovens “burgueses” que dispõem de recursos para pensar e delinear uma trajetória profissional futura e que podem postergar sua inserção no mercado de trabalho (DIB; CASTRO, 2010; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012).

Segundo Peugny (2014, p. 19), “as condições de nascimento ainda determinam o destino dos indivíduos”. Para esta autora, a condição socioeconômica familiar representa um fator preponderante no futuro dos filhos, conseqüentemente, uns e outros não possuem as mesmas oportunidades sociais. A este respeito, Vilela e Collares (2009) e Silva (2015) explanam que a origem social dos jovens exerce sobre eles impactos importantes no que se referem às suas condições de vida e trajetórias profissionais.

Corroborando com o exposto acima, Valle Silva (2003) elucida que a distribuição desigual de recursos e de oportunidades sociais vivenciada numa dada fase da vida tende a impactar nas fases seguintes, podendo acarretar, em algumas ocasiões, um acúmulo de desvantagens, o que pode fomentar as desigualdades. Nessa condução, Peugny (2014) argumenta que a reprodução das desigualdades ao longo das gerações se dá devido a alguns motivos que estão ligados ao nascimento, à infância e à socialização em diferentes meios sociais.

Logo, para se conduzir uma discussão sobre a relação entre a juventude e o trabalho é preciso inicialmente delimitar os aspectos contextuais e particulares do grupo a ser observado,

evitando, contudo, generalizações (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012). Deste modo, o lugar comum a ser considerado é o da pobreza e da vulnerabilidade, habitado pelos jovens de baixa renda que, desde o nascimento, experimentam condições limitadas de vida (SOUZA, 2009; 2012; SILVA, 2015).

Além disso, a garantia da própria sobrevivência surge como um grande desafio a ser encarado por esse grupo populacional, que, ao mesmo tempo, enfrentam constantemente um conflito entre a busca de recompensa imediata e a possibilidade de um futuro melhor (DAYRELL, 2007; SILVA, 2015). Complementando com esta avaliação, Dayrell (2007, p. 1108) considera que “ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil”.

A iniciação precoce na vida laboral é algo recorrente para os jovens brasileiros de baixa renda (MINAYO-GOMES; MEIRELLES, 1997; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2009). Estes, geralmente, começam a trabalhar em idades e com níveis educacionais relativamente baixos (HASENBALG, 2003), ora para complementar a renda familiar, ora para prover o próprio sustento (SOUZA, 2012), ora como proteção à marginalidade e à violência (ALMEIDA; SILVA, 2004). Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha regulamentado o trabalho infanto-juvenil, a entrada no mercado de trabalho desses jovens tende a concentrar-se nos estratos informais, precários, de baixa remuneração, ou que demandem grande esforço físico (GUIMARÃES; ROMANELLI, 2002; HASENBALG, 2003; LOUGHLIN; LANG, 2005; TUCKER; LOUGHLIN, 2006; VENCO, 2009; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2011; PAIVA, 2012; 2013). Diante disso, não se questiona a possibilidade das atividades laborais demandarem dos jovens uma rotina diária de duplas jornadas (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2009; VILELA; COLLARES, 2009).

Nesse contexto, as necessidades imediatas de sobrevivência pelo trabalho conferem a esses jovens a transição entre a escola e o trabalho, uma relação extremamente complicada de ser administrada (GUIMARÃES, 2009). Essa condição não significa, necessariamente, o abandono da escola, embora exerça influência no seu percurso escolar. Além disso, as relações entre o estudo e o trabalho são diversas e complexas e não se extenua na oposição entre os termos (SPOSITO, 2005).

No entanto, para uma grande quantidade de jovens pobres, a condição juvenil só é vivenciada devido às suas inserções no mundo profissional, que os garante o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo (SPOSITO, 2005; DAYRELL, 2007). Corrochano (2013) corrobora essa linha de pensamento ao argumentar que, para além da questão da necessidade de sobrevivência ou do auxílio à família, a inserção no mercado de trabalho consente ao jovem uma remuneração que pode ser revertida para as suas próprias aspirações, tais como: aquisição de vestimentas e calçados, atividades culturais e de lazer, ou mesmo para o financiamento dos estudos. Nessa condução, o mundo do trabalho surge como um fator mediador e simbólico na concretização da condição juvenil, podendo-se, assim, considerar que o “trabalho também constrói a juventude”, apesar das distintas situações e opiniões por parte dos jovens em relação ao trabalho (SPOSITO, 2005).

Sendo assim, muitos desses jovens acabam priorizando as suas atividades laborais, fazendo com que o aspecto profissional se sobressaia à fase de preparo educacional. Logo, os rendimentos educacionais acabam sendo prejudicados, chegando até a resultar no abandono da escola em detrimento do trabalho (VILELA; COLLARES, 2009; COMIN; BARBOSA, 2011). Embora entendam que é na educação formal que se encontra a possível e prometida solução para um futuro melhor, muitos jovens não seguem os seus estudos, justificando seu abandono na questão financeira (SILVA, 2015). Diante disso, Sposito (2005) declara que a escola e o trabalho são planos que se superpõem ou poderão passar por ênfases variadas, de acordo com o período de ciclo de vida e as condições sociais de cada jovem. Essas condições

apontadas dificultam, muitas vezes, a ascensão dos jovens a outra realidade social (SOUZA, 2009; 2012; SILVA, 2015).

As redes sociais e a inserção de jovens no mercado de trabalho

Não há dúvidas que as redes sociais se tornaram, nos últimos anos, um meio para a busca de oportunidades de trabalho. Contudo, o que se argumenta neste ensaio é o fato de que, a depender da classe social a que pertença o jovem em busca de trabalho, maiores, ou menores, serão as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, bem como melhores, ou piores, serão os postos de trabalho encontrados e ocupados por estes jovens. Desse modo, acredita-se que, em decorrência da estrutura das relações sociais a que o jovem pertence, sua rede social pode, eventualmente, influenciar na busca de oportunidades e sua inserção em determinados postos de trabalho. Nesse sentido, pode-se considerar que os vínculos entre as unidades em uma rede social, especificamente, os vínculos entre as pessoas nesta rede, influencia e afeta, significativamente, o acesso a determinados recursos e o poder de alcançar determinadas situações desejadas, como a busca por trabalho.

Estudos recentes mostram como as redes sociais estão sendo mobilizadas em prol da empregabilidade de jovens. Nessa condução, Almeida e Teixeira (2014) buscaram analisar a influência das redes sociais e dos laços fortes na criação de negócios por jovens empreendedores. Nesta pesquisa, os autores argumentam que a família desempenha um papel importante na formação do comportamento empreendedor do jovem, haja vista à influência do contexto familiar e/ou o contato com parentes empreendedores. Dessa forma, o vínculo estabelecido pelos laços fortes confere aos jovens o conhecimento de oportunidades de negócios e a ajuda na mobilização de recursos. Foram analisados três casos de empresas criadas há mais de dois anos por jovens de 18 a 34 anos de Sergipe. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com os jovens e depois foram analisados por meio da análise de conteúdo. As evidências nos casos analisados apontaram a influência da família, dos pais e parentes, no início e até no desenvolvimento das empresas. Os autores também constataram que a rede social mantida com os amigos contribuiu para que os jovens obtivessem acesso aos recursos tangíveis e intangíveis para criação de suas empresas.

Silva (2010) procurou analisar a trajetória de inserção profissional dos egressos do ensino superior, enfatizando as formas de acesso empregadas pelos jovens para alcançar um emprego, relacionando-as às redes de relações sociais. As redes de relações sociais são consideradas pela autora como um importante instrumento a ser investigado, tendo em vista a compreensão das formas pelas quais os jovens buscam a inserção no mercado de trabalho. Para fins desta pesquisa, foram selecionados dados referentes às formas utilizadas por egressos de cinco cursos do ensino superior – Administração de Empresas, Direito, História, Pedagogia e Odontologia – de três instituições de ensino: uma federal, uma estadual e uma privada, no estado de Santa Catarina, para conseguir seu emprego. Os resultados da pesquisa apontam três modos predominantes de acesso ao emprego: intermédio da família, intermédio dos amigos e concurso público, destacando-se assim, as formas particularistas de acesso e inserção no mercado de trabalho e o ingresso no setor público.

D'Ávila, Régis e Oliveira (2010), fundamentadas na teoria de redes sociais, buscaram compreender os significados compartilhados por indivíduos, candidatos a postos de trabalho indicados por terceiros a participar de processos de seleção, sobre o poder da rede de relacionamentos na em sua indicação. Para sua análise foram considerados os papéis sociais desempenhados pelas pessoas que fizeram as indicações, de modo a medir o grau de interação deste com o indicado, bem como analisados os significados compartilhados sobre o processo de indicação como parte do processo de seleção. A pesquisa, de cunho descritivo e abordagem

quantitativa fez uso de um questionário e reuniu 30 jovens que, no decorrer de sua carreira profissional, participaram de algum processo de seleção através da indicação. Os 30 jovens citaram um total de 119 pessoas que foram responsáveis pelas indicações e os seus respectivos papéis sociais. Os resultados apontaram que os significados compartilhados indicam a existência de categorias próprias de pensamento sobre o contexto das indicações para os processos de seleção. Este aspecto pode revelar que os atores em uma determinada rede social compartilham, além de determinados ideais sobre o trabalho, um mesmo nível de ocupação laboral, além de terem em comum certas considerações fundamentadas em suas relações sociais. Isto permite argumentar que atores de uma mesma rede tendem a influenciar, senão delimitar, as oportunidades de inserção no mercado de trabalho a partir de sua própria vivência e pertencimento a determinada categoria social que, eventualmente, determina a categoria de trabalho a que tem acesso.

Depreende-se, de tudo isto, que a capacidade de mobilização de uma rede social em favor de interesses específicos, como a inserção no mercado de trabalho, adquire real importância em relação ao tipo de trabalho que é possível assumir. Isto, aparentemente, como sugere Minella (2013), tem ao menos duas implicações importantes. A primeira relacionada aos próprios atores em relação à sua classe social e, portanto, em sua potencialidade de ação na busca por oportunidades de trabalho e, a segunda, nos modos de percepção e reconhecimento mútuo de suas habilidades para efetiva atuação sobre as redes de relação do outro nas respostas às demandas por oportunidades de inserção laboral, com consequências na própria ação.

Reflexões Finais

O presente texto teve por objetivo apresentar uma reflexão a respeito do uso das redes sociais pelos jovens de baixa renda na busca da inserção no mercado de trabalho. Essencialmente, buscamos discutir se a origem social mediada pelas redes sociais define o acesso dos jovens no mercado de trabalho. Para tanto, assumimos o conceito de redes sociais como um conjunto de atores ligados por meio de várias relações sociais, que podem ser fortes ou fracas, formais ou informais e relacionamos a abordagem de redes às estruturas econômicas envolvidas, às condições sociais impostas, às vivências comuns, às relações familiares e às formas como os jovens constroem seus mundos a partir disto. Ademais, abordamos o conceito de juventudes no plural, uma vez que se trata de um grupo heterogêneo. Estes temas, individualmente, embora sejam objetos de pesquisas distintas em diversos campos do conhecimento, ainda carecem de discussões fundamentadas nos pressupostos que encadearam o desenvolvimento desse estudo.

Diante disso, percebemos que os jovens ingressam no mercado de trabalho de forma diferenciada, logo, essa distinção está relacionada à classe social a qual pertencem. Não é difícil supor, por exemplo, que para um jovem de baixa renda, cuja escolaridade do pai ou da mãe não excede os primeiros níveis de ensino e quando empregados, acessam setores do mercado de trabalho caracterizados por atividades de baixa especialização e baixos salários, as possibilidades de inserção sob condições mais precárias são maiores, visto que, ao fazer uso dos laços fortes como meio de obter informações e oportunidades para acessar e/ou adentrar no mercado de trabalho, significa trilhar trajetórias similares aos próprios atores. Sendo assim, é possível argumentar que o acesso ao emprego é definido pela posição social e pelas redes sociais, fundamentadas, particularmente, na relação familiar e pessoal do indivíduo.

Rocha-de-Oliveira, Piccinini e Bitencourt (2011, p. 11) salientam que “ainda precisamos do esforço de décadas até que em nosso país estas barreiras se estreitem e as

oportunidades, ou mesmo as dificuldades, para os jovens se inserirem no mercado de trabalho sejam as mesmas, independente da sua posição social”. Nesse cenário, os programas de inserção profissional se fazem necessários, pois, além de oferecerem cursos de capacitação para os jovens que estão em situação de carência financeira e, conseqüentemente, de vulnerabilidade social, também inserem esses jovens no mercado de trabalho por meio dos Programas de Aprendizagem, regulamentados pela Lei 10.097, conhecida como Lei do Aprendiz (BRASIL, 2000). Estes que se constituem como um canal que liga os jovens a empresas que aderiram ao programa Jovem Aprendiz criado pelo Governo Federal. Um programa considerado como uma alternativa para a inserção profissional de jovens de baixa renda que não fazem uso de laços de parentesco ou vizinhança para este fim.

Sinaliza-se, com este ensaio para a necessidade de se desenvolver novas reflexões e análises que levem em consideração a relação entre espaço, classe social, redes sociais e oportunidades de emprego e trabalho para jovens trabalhadores, ainda que não exclusivamente. Neste sentido, em relação à classe trabalhadora, sugere-se abandonar uma perspectiva homogênea e delimitada desta classe a partir da consideração mais particular entre o local e não local de origem do indivíduo e analisar como a formação da classe social pode, eventualmente, ser dependente de tipos mais específicos de redes sociais, para além das relações sociais mais fundamentais.

Por fim, considera-se que a análise de redes sociais, como reflexo das classes sociais, como aqui foi considerada, pode oferecer um caminho empírico interessante e promissor para se analisar como a estrutura relacional influencia na constituição e na manutenção de formas de acesso a determinados postos de trabalho e, portanto, como se constituem em uma forma de poder que regula e mantém o regime de classes sociais como unidades do diverso nas relações com o estado, em termos de desenvolvimento de políticas sociais e de emprego, e com o resto da sociedade.

Neste contexto, pode-se recomendar o desenvolvimento de um campo particular de aplicação da análise de redes sociais como fundamento para compreensão dos modos de constituição e composição, e ocupação, de determinados cargos em setores específicos, ao implicar que os contatos estabelecidos em redes sociais facilitam o ingresso de determinados profissionais na composição de diretorias, conselhos administrativos das corporações, bem como em cargos e funções de base. Sugere-se, assim, que o resultado de análises como a proposta pode oferecer importantes contribuições para o entendimento das conexões estabelecidas entre atores e as corporações na formação de quadros de profissionais e seu papel na circulação de informações e oportunidades de inserção no mercado de trabalho e sua articulação com os interesses capitalistas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. M.; SILVA, R. C. Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois da internação na FEBEM. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 5, n. 1, p. 87-102, 2004.

ALMEIDA, F. S.; TEIXEIRA, R. M. Influência da Família e das Redes Sociais na criação de negócios por Jovens Empreendedores, **Pretexto**, v. 15, n. 2, p. 110-128, abr./jun., 2014.

BRASIL. **Lein° 10.097**, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília, DF: 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm> Acesso em: 15. Abr. 2017.

COMIN, A. A.; BARBOSA, R. J. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Revista Novos Estudos**, v. 91, p. 75-95, 2011.

CONTRACTOR, N. S.; WASSERMAN, S.; FAUST, K. Testing Multitheoretical, Multilevel Hypotheses about Organizational Networks: and Analytic Framework and Empirical Example. **Academy of Management Review**, v. 31, n. 3, p. 681-703, 2006.

CORROCHANO, M. C. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. **Avaliação (Campinas)**, v. 18, n. 1, p. 23-44, mar., 2013.

D'AVILA, G. C.; REGIS, H. P.; OLIVEIRA, L. M. B. Redes sociais e indicações para processos de recrutamento e seleção: uma análise pela perspectiva dos candidatos. **Revista de Psicologia, Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 65-80, 2010.

DAYRELL, J. A Escola “faz” as Juventudes? Reflexões em torno da Socialização Juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out., 2007.

DAYRELL, J. **Por uma pedagogia das juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para uma discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 11-28.

DIB, S. K.; CASTRO, L. R. O trabalho é projeto de vida para os jovens? **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 13, n. 1, p. 1-15, 2010.

FERREIRA, M. C. A importância das redes sociais e do gerenciamento de carreira para a inserção no mercado de trabalho. **Pretexto**, v.7, n. 2, p. 21-38, 2006.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**. v. 91, n.3, p. 481-510, 1985.

GUIMARAES, R. M.; ROMANELLI, G. A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 2, p. 117-126, jul./dez., 2002.

GUIMARÃES, N. A. A força dos contatos pessoais. In: GUIMARÃES, N. A. **À Procura de Trabalho**: Instituições do Mercado e Redes. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 175-197.

GUIMARÃES, N. A. A Procura de Trabalho: uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho? **Novos Estudos**, v. 93, p. 123-143, jul., 2012.

HASENBALG, C. A Transição da Escola ao Mercado de Trabalho. In: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. (Orgs.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 147-172.

LOIOLA, E.; BASTOS, A. V. B.; REGIS, H. P. Análise de Redes Sociais. In: BASTOS, A. V. B.; REGIS, H. P.; LOIOLA, E. (Orgs.). **Análise das redes sociais em contextos organizacionais**. Bahia: EDUFBA, 2015, p. 41-83.

LOUGHLIN, C.; LANG, C. Young workers. In: BARLING, J.; KELLOWAY E. K.; FRONE M. R. (Eds.). **Handbook of Work Stress**. Thousand Oaks: Sage, 2005, p. 405-430.

MARGULLIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MAGULLIS, M. (Eds.). **La juventud es más que una palabra: Ensaio sobre cultura y juventud**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 13-30.

MARQUES, E. Redes sociais, pobreza e segregação em São Paulo e Salvador – conceitos e métodos. In: MARQUES, E. (Org.). **Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 21-43.

MARRY, C. Origine sociale et réseaud' insertion des jeunes ouvriers. **Formation Emploi**, Paris, v. 1, n. 4, p 3-15, 1983.

MINAYO-GOMEZ, C.; MEIRELLES, Z. V. Crianças e Adolescentes Trabalhadores: um compromisso para a Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 13, suppl. 2, p. 135-140, jan., 1997

MINELLA, A. C. Análise de redes sociais, classes sociais e marxismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 28, n. 83, p. 185-194, out. 2013.

MOYA, E.; MARQUES, E. Trocas sociais, apoios e mecanismos relacionais. In: MARQUES, E. (Org.). **Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 81-110.

NOHRIA, N. Introduction: is a network perspective a useful way for studying organizations? In: NOHRIA, N.; ECCLES, R. G. (Eds.). **Networks and organizations: structure, form, and action**. Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992.

PAIVA, K. C. M. Valores Organizacionais e do Trabalho: um estudo com jovens trabalhadores. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2012.

PAIVA, K. C. M. Valores organizacionais e do trabalho: um estudo com jovens trabalhadores brasileiros. **Tourism & Management Studies**, v. 9, n. 2, p. 100-106, 2013.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 5, n. 6, p. 15-25, 1997.

PEUGNY, C. **O destino vem do berço?:** Desigualdades e reprodução social. Campinas, São Paulo: Papirus, 2014.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. **Estágios para Universitários:** representações e implicações na

inserção profissional de jovens brasileiros e franceses. 2009. 408f. Tese (Doutorado em Administração)– Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Ponto de Partida: a juventude e o ingresso no mercado de trabalho. In: FERRAZ, D. L. S.; OLTRAMARI, A. P.; PONCHIROLLI, O. (Orgs.). **Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 89-112.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Juventudes, Gerações e Trabalho: é possível falar em Geração Y no Brasil? **O&S**, Salvador, v. 19, n. 62, p. 551-559, jun/set., 2012.

SANCHIS, E. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SIMMEL, G. O cruzamento de círculos sociais. In: CRUZ, M. B. (Org.). **Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 573-578.

SILVA, A. L. **A ilusão de uma “nova classe média” brasileira: conhecendo as trajetórias de jovens trabalhadores**. 2015. 199f. Tese (Doutorado em Administração)– Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

SILVA, M. M. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 110, p. 243-260, 2010.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. Editora UFMG, 2012.

SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 5, n. 1 e 2, p. 161-178, 1993.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

THOME, L. D.; TELMO, A. Q.; KOLLER, S. H. Inserção laboral juvenil: context e opinião sobre definições de trabalho. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p. 175-185, mai./ago., 2010.

TUCKER, S.; LOUGHLIN, C. Young workers. In: KELLOWAY, E. K.; BARLING, J.; HURRELL, J. (Eds.). **Handbook of Workplace Violence**. Thousand Oaks: Sage, 2006, p. 417-444.

VALLE SILVA, N. O esquema analítico e a classificação ocupacional. In: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. (Org.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p.37-54.

VENCO, S. Centrais de teleatividades. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.).

Infoproletários, São Paulo: Boitempo, 2009, p. 153-172.

VILELA, E. M.; COLLARES, A. C. M. Origens e Destinos Sociais: pode a escola quebrar essa ligação? **Teoria & Sociedade (UFMG)**, v. 2, n. 17, p. 62-91, 2009.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Network Analysis: methods and applications**. Cambridge University Press: USA, 1999.